



Formação Humana e Educação Física: determinações históricas e a subsunção ao capital

Human Formation and Physical Education: historical determinations and the subsumption to capital

Formación Humana y Educación Física: determinaciones históricas y la subsunción al capital

Rogério Paes de Oliveira¹

Professor da Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil

José Pereira de Sousa Sobrinho²

Professor da Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, Brasil

Recebido em: 15/03/2026.

Aceito em: 15/06/2026.

Resumo

Este artigo analisa a relação entre formação humana e Educação Física a partir da tradição marxiana. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica que percorre três momentos analíticos, a saber: a investigação dos fundamentos da formação humana, evidenciando que o trabalho constitui a categoria fundante da processualidade histórica do ser social; o exame da Educação Física como complexo social que participa da reprodução das capacidades humanas socialmente necessárias; e a subordinação da formação corporal à lógica da produção de mercadorias e da valorização do valor, demonstrando que, na sociabilidade capitalista, o desenvolvimento das capacidades humanas tende a ser orientado pelas exigências do mercado e pela acumulação de capital. Conclui-se que a efetivação da formação humana omnilateral exige a superação dessas determinações impostas pela produção capitalista. Nessa perspectiva, a Educação Física também pode ter seus sentidos e significados transformados com vistas ao horizonte da emancipação humana.

Palavras-chave: Formação humana. Educação física. Capital.

Abstract

This article analyzes the relationship between human formation and Physical Education from the Marxian tradition. It is a theoretical and bibliographical study structured around three analytical moments: the investigation of the foundations of human formation, highlighting labor as the foundational category of the historical process of social being; the examination of Physical Education as a social complex that participates in the reproduction of socially necessary human capacities; and the analysis of the subordination of bodily formation to the logic of commodity production and value valorization, demonstrating that, within capitalist sociability, the development of human capacities tends to be oriented by market demands and capital accumulation. The study concludes that the realization of an omnilateral human formation requires overcoming

¹ E-mail: rogerio.paes@urca.br.

² E-mail: Jose.pereira@urca.br.

the determinations imposed by capitalist production. From this perspective, Physical Education may also have its meanings and functions transformed toward the horizon of human emancipation.

Keywords: Human formation. Physical education. Capital.

Resumen

Este artículo analiza la relación entre formación humana y Educación Física desde la tradición marxiana. Se trata de una investigación teórico-bibliográfica que recorre tres momentos analíticos: la investigación de los fundamentos de la formación humana, evidenciando que el trabajo constituye la categoría fundante de la procesualidad histórica del ser social; el examen de la Educación Física como complejo social que participa en la reproducción de las capacidades humanas socialmente necesarias; y la subordinación de la formación corporal a la lógica de la producción de mercancías y de la valorización del valor, demostrando que, en la sociabilidad capitalista, el desarrollo de las capacidades humanas tiende a orientarse por las exigencias del mercado y la acumulación de capital. Se concluye que la realización de una formación humana omnilateral exige la superación de las determinaciones impuestas por la producción capitalista. Desde esta perspectiva, la Educación Física también puede tener sus sentidos y significados transformados con vistas al horizonte de la emancipación humana.

Palabras clave: Formación humana. Educación física. Capital.

Introdução

A categoria de formação humana ocupa lugar central na obra de Karl Marx. Desde os escritos de sua juventude até sua crítica madura da economia política, Marx (2006; 2007; 2011) demonstra que o ser humano não possui uma essência apriorística, abstrata e imutável, mas apresenta-se como um ser histórico-social que se constitui por meio de sua atividade vital, de sua práxis originária, uma atividade prática e social. O trabalho, nesse sentido, não é apenas meio de sobrevivência, mas fundamento da produção da própria humanidade. A formação humana, em Marx, é uma categoria ontológica e histórica, cuja realização plena demanda a superação do capital.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx (2006) identifica o trabalho como atividade vital consciente, distinguindo-o das formas meramente instintivas presentes na natureza. Já em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) afirmam que a produção dos meios de vida constitui o primeiro ato histórico, estabelecendo o fundamento material sobre o qual se desenvolvem as demais dimensões da vida social. Em *O Capital*, essa análise alcança sua maturidade ao revelar como o processo de trabalho é subsumido ao processo de valorização, convertendo a força de trabalho em mercadoria (Marx, 2011b).

Entretanto, sob a forma histórica do trabalho assalariado, essa atividade assume caráter alienado, produzindo estranhamento entre o trabalhador e o produto do trabalho, que se apresenta como uma força estranha e externa que o domina. Da mesma forma, o estranhamento com o processo

de trabalho, como uma atividade imposta ao trabalhador, e com as condições nas quais se trabalha, faz com que o trabalho deixe de fazer sentido para aquele que o realiza, pois a finalidade dessa práxis não é satisfazer as necessidades e a subjetividade humana, mas suprir as necessidades e a lógica do capital de acumulação de valor (Oliveira, 2022). “[...] as necessidades do capital, cada dia mais voraz em busca de expandir a produção de valor. O trabalho não é criativo, mas é uma simples gosma de trabalho humano, de dispêndio de capacidades humanas para produzir e valorizar o capital” (Oliveira, 2022, p. 192).

Nesse contexto, a formação humana assume caráter contraditório. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas amplia as capacidades humanas, a forma social capitalista restringe tal desenvolvimento às necessidades da acumulação. A formação tende, assim, a ser orientada prioritariamente para a produção de valor, subordinando as múltiplas dimensões da vida – inclusive a corporal – à lógica da mercadoria.

A educação, enquanto mediação social responsável pela transmissão, produção e sistematização de conhecimentos, saberes e práticas historicamente elaboradas, integra o movimento contraditório da reprodução do ser social sob a égide do capital. Nessa perspectiva, a educação não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou autônomo em si mesmo, mas como um complexo social inserido na totalidade dinâmica e contraditória da reprodução social sob o domínio do capital, cuja inteligibilidade só pode ser apreendida a partir das determinações mais gerais do modo de produção da vida social (Lukács, 2013).

Desde os estágios mais primários do desenvolvimento da relação entre o homem e a natureza, isto é, desde o surgimento do ato originário do trabalho, desenvolve-se um sistema progressivamente mais complexo de mediações sociais indispensáveis à efetivação do pôr teleológico que orienta a atividade humana. Nesse processo de complexificação da vida social, o complexo da educação assume um papel decisivo, pois é por meio dele que se realizam processos de transmissão, apropriação e recriação das objetivações culturais acumuladas historicamente pela humanidade, contribuindo para a formação dos indivíduos como membros do gênero humano e para a continuidade da reprodução social em níveis historicamente determinados (Maceno, 2017).

A Educação Física, por sua vez, ocupa lugar específico nesse processo, pois incide diretamente sobre a formação corporal e sobre as capacidades físicas socialmente requeridas. Seja no âmbito escolar, como elemento da cultura corporal (Castellani Filho et al., 2009), seja no mercado de serviços ligados às práticas corporais, como atividades desenvolvidas tanto no campo da educação formal quanto nas áreas de lazer e saúde. Sua prática é atravessada pelas determinações históricas do modo de produção

vigente. Nas últimas décadas, observa-se a intensificação da mercantilização das práticas corporais, colocadas em uma vasta prateleira de mercadorias (Oliveira, 2018).

A Educação Física, no que se refere à formação do corpo, passa a ser progressivamente engendrada no interior da lógica metabólica de reprodução e acumulação da riqueza própria da sociabilidade capitalista. Nesse contexto histórico, com o avanço do projeto neoliberal, que provoca uma redução de políticas públicas vinculadas ao bem-estar social, sua institucionalização e difusão começam a ser defendidas como uma estratégia capaz de amenizar ou administrar determinadas consequências sociais produzidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. De um lado, esse modo de produção impulsiona um nível de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo sem precedentes na história humana; de outro, produz, em escala igualmente ampliada, profundas formas de desigualdade e um vasto contingente de miséria social. Essa miséria é socializada, sobretudo, entre aqueles indivíduos que possuem apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência e que, portanto, são compelidos a vendê-la no mercado em condições historicamente determinadas (Oliveira, 2022).

Destarte, este artigo parte da seguinte problemática: como compreender a Educação Física no interior das determinações históricas da formação humana sob a sociabilidade capitalista? Sustenta-se que apenas uma leitura fundamentada na crítica da economia política permite apreender as mediações entre trabalho, formação corporal e produção de capital, evidenciando tanto os limites impostos pela forma social vigente quanto as possibilidades abertas por suas próprias contradições. Assim, este artigo tem por objetivo analisar a categoria de formação humana nos escritos fundamentais de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), articulando-a às determinações históricas da sociabilidade capitalista, a fim de compreender a Educação Física como complexo social inserido na dinâmica da reprodução do capital.

A pesquisa caracteriza-se como estudo teórico-bibliográfico, fundamentado na análise imanente das obras clássicas de Marx e Engels e na interlocução crítica com a produção brasileira vinculada à tradição marxista e à ontologia do ser social de György Lukács (1885-1971). Ao retomar os fundamentos do Materialismo Histórico, busca-se contribuir para o aprofundamento crítico do debate no campo da Educação Física, situando-o não apenas como prática pedagógica ou atividade mercantil, mas como dimensão constitutiva da formação humana historicamente determinada. Além disso, revela-se uma lacuna no tratamento ontológico sistemático da Educação Física enquanto complexo social. Embora existam estudos que abordem trabalho e Educação Física, nem sempre se explicitam as mediações ontológicas entre trabalho, formação humana e produção de capital. Assim, este artigo delimita sua

contribuição na articulação rigorosa entre a categoria marxiana de formação humana; a Educação Física como complexo social à luz de Lukács; e a análise da Educação Física sob a determinação da produção de capital.

A categoria da formação humana em Marx

A categoria de formação humana, na obra de Karl Marx e Friedrich Engels, assim como a recuperação ontológica realizada por György Lukács, não se apresenta como um conceito pedagógico isolado ou restrito ao campo educacional, mas como uma determinação ontológico-histórica fundada no trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Trata-se de uma categoria que emerge da própria análise marxiana acerca do processo de constituição histórica da sociabilidade humana, no qual o trabalho assume o papel de mediação fundamental entre o homem e a natureza, possibilitando a produção das condições materiais da existência e, concomitantemente, a formação das “capacidades e potencialidades humanas” (Oliveira, 2022).

Nesse sentido, a formação humana deve ser compreendida como um processo histórico de objetivação e apropriação por meio do qual os indivíduos se constituem enquanto membros do gênero humano, desenvolvendo suas potencialidades a partir da relação socialmente mediada com o mundo produzido historicamente pela atividade humana. Trata-se de uma síntese dos múltiplos modos de apropriação mediante os quais os indivíduos internalizam, reelaboram e objetivam a complexidade do mundo social historicamente constituído e culturalmente apropriado.

Não se trata de um processo meramente individual ou subjetivo, mas de um movimento histórico-social por meio do qual os indivíduos se apropriam das objetivações produzidas pelo gênero humano ao longo de seu desenvolvimento histórico. Nesse processo, articulam-se dialeticamente as determinações do singular, do particular e do universal, categorias que estruturam a existência social e conferem objetividade histórica às formas de vida humana. A formação humana, portanto, expressa o movimento pelo qual os indivíduos se constituem como membros do gênero humano, confrontando as potencialidades com a apropriação das capacidades, conhecimentos, valores e práticas socialmente produzidas e acumuladas historicamente.

No horizonte ontológico, em particular à luz da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, produzida por Lukács, essa síntese integra o próprio processo de reprodução social, compreendido como a continuidade e a renovação histórica das objetivações sociais que tornam possível a permanência e o

desenvolvimento do gênero humano enquanto ser social (Lukács, 2013). A reprodução social, nesse sentido, não se limita à mera repetição das condições materiais de existência, mas envolve também a transmissão, a apropriação e a recriação das formas culturais, intelectuais e práticas que compõem o patrimônio histórico da humanidade. A formação humana constitui, desse modo, um momento essencial desse processo, porque é por meio dela que os indivíduos se tornam capazes de participar ativamente da vida social, reproduzindo e, simultaneamente, transformando as determinações históricas que estruturam a sociabilidade.

O trabalho é categoria *in aeternum*, ao passo que os homens, para manter suas vidas biológicas, necessitam de um intercâmbio material e metabólico com a natureza, transformando, de forma incessante e ininterrupta, a natureza e sua própria unidade indissociavelmente dialética, objetiva/subjetiva, constitutiva de sua natureza. Todavia, esse trabalho é o fundamento geral de qualquer forma social e não o seu processo histórico-concreto. Marx (2011b) sempre enfatizou que a compreensão da organização social do trabalho em uma determinada formação sócio-histórica exige a apreensão da lógica histórico-concreta que estrutura tal formação. Em outras palavras, a análise do trabalho não pode ser realizada de maneira abstrata ou descolada das determinações históricas específicas que configuram um dado modo de produção. Torna-se necessário, portanto, identificar as mediações sociais que organizam e regulam o processo de produção da vida material em cada período histórico, uma vez que é a partir dessas determinações que se definem as formas assumidas pelo trabalho, pelas relações sociais e pelos processos de reprodução da vida social.

Ao interpretar a obra marxiana, Lazarini assinala: “Para compreender a organização social do trabalho de uma determinada formação sócio-histórica, é mister apreender a lógica histórico-concreta sobre a qual ela está fundada” (Lazarini, 2010, p. 169). Assim, em cada sociabilidade humana, esse trabalho estará subsumido ao desenvolvimento histórico e à finalidade desse trabalho em determinada sociabilidade histórica. De acordo com o revolucionário alemão, em todas as formações sociais os produtos do trabalho assumem a forma de valores de uso, pois são produzidos para satisfazer necessidades humanas. Entretanto, apenas em um determinado estágio histórico do desenvolvimento social esses produtos passam a apresentar também a forma de valor, isto é, quando o trabalho neles incorporado é representado como uma propriedade objetiva da própria coisa. É nesse momento que o produto do trabalho assume a forma de mercadoria, característica específica de determinadas formas históricas de organização da produção (Marx, 2011b).

O surgimento e o desenvolvimento do ser social pressupõem uma base ontológica anterior. O ser

social só pode emergir sobre a base de um ser orgânico, assim como este, por sua vez, só pôde desenvolver-se a partir das determinações do ser inorgânico. Consiste-se em um processo histórico-natural no qual cada nível do ser constitui a base de emergência de um nível qualitativamente superior. O aparecimento do ser social somente se tornou possível porque estavam dadas as condições estruturais para a realização desse salto ontológico. Em outras palavras, foi necessário um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica, para que, ao desenvolver sua atividade vital específica, o homem pudesse ultrapassar o patamar ontológico próprio do ser meramente natural e inaugurar uma nova forma de ser qualitativamente distinta: o ser social. As passagens entre esses níveis do ser não se realizam de forma gradual e contínua, mas mediante saltos qualitativos que inauguram novas formas de organização da realidade (Lukács, 2013; Oliveira; Gomes, 2026).

É nesse contexto que o trabalho emerge como categoria fundante da sociabilidade humana. Ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, sejam elas imediatas ou mediatas – “do estômago à fantasia” –, o homem não apenas produz os meios de sua existência, mas transforma simultaneamente a si próprio. Como afirma Marx, a relação entre o homem e a natureza realiza-se por meio de um processo metabólico no qual a atividade humana consciente intervém na realidade natural: “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 2011b, p. 211).

Essa relação metabólica constitui uma condição universal e necessária de qualquer forma de sociabilidade humana, pois é por meio dela que os indivíduos produzem as condições materiais de sua própria existência. No entanto, a emergência do ser social implica também uma transformação qualitativa no interior desse processo. Diferentemente dos processos puramente naturais, a atividade humana passa a ser orientada por finalidades previamente concebidas, ou seja, por posições teleológicas que dirigem a ação sobre a realidade. Como observa Mello (2014), é precisamente no trabalho que surge esse elemento qualitativamente novo em relação ao processo natural: os atos teleológicos postos, isto é, ações orientadas por finalidades conscientemente estabelecidas que visam transformar a realidade objetiva.

Para Lukács (2013), a essência do trabalho consiste precisamente em ultrapassar a fixação dos seres vivos na mera competição biológica com o seu meio ambiente. O momento decisivo dessa ruptura não reside simplesmente na produção de objetos úteis, mas no papel assumido pela consciência no interior da atividade humana. Nesse processo, a consciência deixa de constituir um mero epifenômeno

da reprodução biológica e passa a desempenhar uma função determinante na orientação da atividade prática. O produto do trabalho aparece inicialmente como um resultado idealmente antecipado na consciência do trabalhador, isto é, como uma finalidade previamente concebida que orienta a ação sobre a realidade. Assim, o resultado do processo de trabalho já existe “na representação do trabalhador”, de modo ideal, antes de se materializar na realidade objetiva (Lukács, 1969, p. 5).

Diferentemente do animal, que coincide imediatamente com sua atividade, o homem faz de sua própria atividade objeto de sua vontade e consciência. Nas palavras de Marx: “O animal identifica-se prontamente com *sua própria atividade vital*. Não se diferencia dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência” (2006, p. 116, *itálicos do autor*). Essa é a categoria chave que, por exemplo, diferencia o homem mais selvagem e mais primitivo dos demais animais da natureza. Ainda que esse animal possua características biologicamente semelhantes às dos homens, não são essas semelhanças que vão explicar e caracterizar os homens; ao contrário, é sua constante diferença que tem como fundamento ontológico a mediação metabólica com a natureza.

Nesse sentido, aquilo que distingue a espécie humana das demais espécies não é apenas a capacidade de agir sobre a natureza, mas a forma especificamente humana dessa ação. São apenas os homens e as mulheres que se diferenciam da natureza e dos animais pelo trabalho e que podem, portanto, colocar finalidades em suas ações. Na natureza, e no desenvolvimento natural considerado em si mesmo, não existe teleologia. São somente os indivíduos que realizam esse movimento cotidianamente, compreendendo isso ou não. Isso faz deles os únicos que constantemente constroem uma nova realidade, em que a sua substancialidade também é construída historicamente por seus atos.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx afirma que o homem é um “ser genérico”, cuja essência reside na atividade vital consciente. Marx (2006) define o trabalho como atividade vital consciente. O homem produz universalmente, e essa universalidade constitui sua essência genérica.

Por meio de sua atividade vital, os homens desenvolvem-se ao responder às necessidades impostas pela própria reprodução da vida social, ao mesmo tempo em que criam necessidades novas e ampliam continuamente o universo de suas capacidades. Assim, logo ao afastar-se das barreiras biológicas de sobrevivência imediata, o ser humano torna-se um ser de novo tipo, o ser social. “[...] comer, beber e procriar, etc., são também certamente autênticas funções humanas. Mas, de forma abstrata, levadas em consideração, o que as separa da outra esfera da atividade humana e as transforma em finalidades últimas e exclusivas é o componente animal” (Marx, 2006, p. 115).

Esse movimento histórico implica o enriquecimento progressivo das formas de objetivação

humana e a apropriação, pelos indivíduos, do patrimônio material e cultural produzido coletivamente pelo gênero humano ao longo de seu desenvolvimento histórico. Desse modo, o processo de formação humana realiza-se por meio da relação dialética entre objetivação e apropriação, na qual os indivíduos, ao transformarem o mundo, transformam também a si mesmos. Destarte, a formação humana está intrinsecamente vinculada à capacidade de objetivação consciente, isto é, à produção mediada do mundo social. O trabalho não é mera necessidade biológica, mas um processo no qual o homem exterioriza suas forças essenciais e, ao mesmo tempo, se forma.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) afirmam que “O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (Marx; Engels, 2007, p. 33). Essa existência, porém, só se efetiva historicamente pela produção dos meios de vida. Essa afirmação desloca definitivamente a formação humana do plano idealista para o terreno da produção material. A história da humanidade é, antes de tudo, a história das formas pelas quais os homens produzem sua vida. Consequentemente, as formas de educação e formação variam conforme o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Marx e Engels (2007) afirmam que, na sociedade comunista, seria possível “caçar pela manhã, pescar à tarde, criar gado à noite e criticar após o jantar”, sem jamais se tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico. Essa imagem, longe de ser literária, expressa a ideia de formação omnilateral – o desenvolvimento múltiplo das capacidades e potencialidades humanas.

Já em *O Capital*, Marx (2011b) apresenta a forma historicamente determinada do trabalho assalariado. O processo de trabalho é subsumido ao processo de valorização, de modo que a força de trabalho se torna mercadoria. A relação do homem com a natureza passa a ser mediada pela compra e venda da força de trabalho, e a divisão social assume o papel de transformar os valores de uso em valores de troca. Os valores de uso são os produtos do trabalho humano de qualquer natureza e servem para atender às necessidades humanas, podendo ou não se tornar valores de troca. Os valores de troca só podem existir mediante a existência do valor de uso para outrem, e necessariamente não podem ter valor de uso para quem produz. Nas palavras de Marx (2011b, p. 58): “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [...] o valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. Além de serem, na forma social do capital, veículos para o valor de troca. A respeito dos valores de troca, Marx afirma que eles “[...] revelam-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na

proporção em que se troca” (Marx, 2011b, p. 58).

Sob o capitalismo, o trabalho torna-se alienado. Marx demonstra que, sob a forma histórica do trabalho alienado, essa potência formativa é invertida. O produto do trabalho confronta o trabalhador como algo estranho e hostil. A alienação não se restringe ao resultado do trabalho, mas atinge o próprio ato de produzir e, por consequência, a essência humana.

Para os teóricos e revolucionários alemães, a divisão social do trabalho engendra a fragmentação das capacidades humanas (Marx; Engels, 2007). Segundo Oliveira (2022), a complexificação da sociedade impõe aos seus indivíduos singulares o desempenho de funções parciais e fragmentadas e nas quais as longas e extensas jornadas de trabalho degradam as capacidades corporais (físicas e da consciência). No capítulo sobre cooperação e manufatura, Marx (2011b) descreve como a divisão técnica do trabalho mutila o trabalhador, transformando-o em “homem-fragmento”. A formação humana, nesse contexto, é moldada segundo as necessidades da produção parcelar. O trabalhador domina apenas uma operação parcial, perdendo a compreensão do processo total. A formação deixa de ser desenvolvimento integral e converte-se em adestramento funcional.

Marx escreve: “[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas se sente infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito” (Marx, 2006, p. 114). Aqui se explicita uma dimensão decisiva para a compreensão da formação humana: quando o trabalho é alienado, o processo formativo transforma-se em processo de deformação. O homem, em vez de desenvolver suas capacidades omnilaterais, vê-se reduzido a instrumento de sobrevivência.

A noção de *omnilateralidade* reaparece, em termos mais maduros, em *O Capital*. No capítulo sobre a grande indústria, Marx reconhece que o desenvolvimento das forças produtivas cria as bases materiais para uma formação mais ampla, ao mesmo tempo em que, sob o capital, produz unilateralidade extrema. Ele afirma: “A grande indústria, ao tornar supérflua a habilidade parcial do trabalhador, cria a necessidade de substituí-la por uma formação integral do indivíduo” (Marx, 2011b, p. 554).

Essa passagem é crucial. Ela evidencia que o próprio desenvolvimento capitalista contém, contraditoriamente, as condições para superar a formação unilateral imposta pela divisão manufatureira do trabalho. Todavia, essa possibilidade permanece bloqueada enquanto o processo produtivo estiver

subordinado à valorização do valor.

A formação humana, nesse contexto, assume caráter contraditório: ao mesmo tempo em que o trabalho funda o ser social, a forma capitalista de trabalho limita o desenvolvimento omnilateral. Essa análise permite compreender que, nos escritos marxianos, a formação humana não pode ser pensada abstraindo-se das condições materiais de produção. Diante disso, a formação humana apresenta-se como categoria histórica e contraditória. Fundada no trabalho, ela é simultaneamente potencial de humanização e campo de alienação. Sob o capitalismo, tende à unilateralidade e à submissão às exigências do capital. Contudo, nas próprias entranhas desse modo de produção amadurecem as condições materiais para sua superação. A compreensão rigorosa dessa dialética constitui pressuposto teórico indispensável para qualquer análise crítica da educação – e, de modo particular, da Educação Física – enquanto complexo social e partícipe da formação humana.

Educação Física como complexo social: a processualidade do desenvolvimento do ser social

A compreensão da Educação Física como complexo social exige retomar a categoria de totalidade social tal como desenvolvida por György Lukács em *Para uma ontologia do ser social*, que compreende a sociedade como uma totalidade composta por complexos relativamente autônomos. Para Lukács, o trabalho constitui a categoria fundante do ser social, sendo o modelo originário de toda práxis. Ele afirma que “o trabalho é o fenômeno originário, o modelo de toda práxis social” (Lukács, 2013, p. 45). Essa formulação é decisiva, pois indica que todos os complexos sociais — entre eles a educação — derivam, em última instância, das mediações históricas do trabalho. “[...] enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação” (Lukács, 2013, p. 83).

Ao reconhecer o trabalho como fundamento ontológico da sociabilidade, Lukács demonstra que os complexos sociais possuem autonomia relativa, mas não independência absoluta. Eles se articulam à totalidade social e são determinados, em última instância, pelo modo como os homens produzem sua vida material. Nesse sentido, a Educação Física não pode ser compreendida como prática neutra ou meramente técnica; trata-se de uma mediação histórica vinculada à reprodução das capacidades humanas socialmente requeridas.

Lukács observa que, à medida que a sociedade se complexifica, surgem esferas específicas responsáveis pela reprodução ampliada da vida social. Ele escreve que “a diferenciação dos complexos sociais é resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas” (Lukács, 2013, p. 112). A educação emerge, assim, como um complexo que medeia a transmissão de conhecimentos, valores e habilidades indispensáveis à continuidade histórica da sociedade.

Os complexos sociais constituem, portanto, processos historicamente determinados, cujo surgimento e desenvolvimento estão intrinsecamente vinculados ao processo de constituição e reprodução do ser social. Essa determinação ontológica e histórica explica por que, no caso da educação e de outros complexos sociais, suas origens aparecem ainda difusas, nebulosas e profundamente imbricadas com as determinações do mundo natural. Nos estágios mais primários da sociabilidade, tais complexos apresentam-se fortemente dependentes das condições naturais e das exigências imediatas da reprodução da vida. Porém, à medida que o ser social se desenvolve a partir do trabalho – categoria fundante da sociabilidade humana –, os complexos sociais tendem a adquirir maior grau de especificidade e diferenciação interna, assumindo relativa autonomia e afirmando-se progressivamente como mediações propriamente sociais no interior da totalidade da vida social (Maceno, 2017).

Com isso, não se trata de colocar a categoria do trabalho como a principal categoria do ser social, e sim de identificar que o trabalho possui prioridade ontológica sobre as demais categorias, que, por sua vez, desenvolvem-se sempre com autonomia e dependência ontológica em relação ao complexo fundante. Nesse sentido, compreender a categoria do trabalho é de suma importância e, por conseguinte, possui centralidade nos estudos. Tendo isso em conta, o trabalho permeia todas as análises de compreensão da Educação Física. Segundo Herold Junior (2008), a construção analítica de Marx, colocando o trabalho na centralidade das análises, possibilita que os debates acerca da formação da corporeidade e de seus desdobramentos encontrem condições para que suas inquietações caminhem para resultados calcados na teoria social do Materialismo Histórico.

A produção da vida humana somente é possível com uma ação ativa da força de trabalho em um eterno processo de mediação com a natureza. A força de trabalho é a capacidade corpórea do trabalhador no momento do ato do trabalho, o que demonstra, em Marx, a necessidade desse corpo no processo de reprodução da sociedade, seja ela qual for. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer

espécie (Marx, 2011b). As necessidades de se manter vivo são inelimináveis; porém, o homem que corre para caçar a sua alimentação, que nada para atravessar um rio ou para pescar e que trepa para fugir de grandes animais é diferente do homem que caminha empurrando um carrinho no supermercado, que nada por lazer ou por esporte, que corre para pegar um transporte público lotado e que trepa para trocar uma telha sobre uma casa.

A fome a ser saciada como condição biológica de existência do ser social será sempre a fome a ser saciada. Entretanto, a forma de comer com garfo e faca, sentar-se à mesa, os modos de alimentação para satisfazer a fome do indivíduo singular, são diferentes da fome que se satisfaz devorando carne crua e comendo com as mãos (Marx, 2011a). Os afastamentos das barreiras naturais, portanto, são determinações sociais e não biológicas. Na medida em que vão se complexificando as relações sociais, as determinações biológicas também se tornam diferentes, ou seja, o desenvolvimento do ser social e, conseqüentemente, a complexificação dos complexos sociais e das transformações nas relações de produção alteram as formas como os homens saciam suas necessidades sociais e biológicas (Oliveira, 2018).

Sobre essas constatações, consideramos que o germe ou ainda a própria gênese da Educação Física aparece nessa relação ontológica de criação do novo mediante o controle corporal, numa unidade de relações contraditórias, a saber: sujeito e objeto, corpo e consciência. Segundo Lukács (2013), o trabalho exige do homem o domínio consciente sobre o próprio corpo, bem como sobre hábitos, instintos e afetos. Essa capacidade constitui uma condição elementar mesmo das formas mais primitivas de trabalho e marca profundamente a maneira pela qual o ser humano se compreende, pois implica uma atitude qualitativamente distinta daquela própria da condição animal.

Para Mello (2014), o processo de desenvolvimento e distanciamento do sujeito e do objeto é um processo unitário e contraditório, que gera aparentes dicotomias que só são possíveis mediante uma autonomia da consciência em relação ao corpo. Esse processo gera uma falsa percepção, eliminando a contradição e criando uma falsa dualidade. “No processo de inter-relação, ao surgir o distanciamento entre o sujeito e o objeto, entre o objeto e seu conceito, é que se constrói a consciência. Ela é um desdobramento do distanciamento entre sujeito e objeto ocorrido no salto ontológico a partir do trabalho” (Mello, 2014, p. 69). “A consciência humana está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo” (Mello, 2014, p. 70).

Para Mello (2014), trata-se da relação de caráter ineliminável entre a unidade da consciência e do corpo, relação entre diferentes que só podem ser compreendidos na sua totalidade, isto é, como uma unidade indissociável. A autora argumenta que a Educação Física deve ser compreendida como prática social historicamente determinada, vinculada às necessidades do modo de produção. A gênese ontológica da Educação Física é, dessa maneira, inteiramente ligada ao salto ontológico – passagem do ser da esfera orgânica e determinado pela reprodução biológica para o ser da esfera social, produto e produtor das relações sociais e, portanto, produtor e produto da história.

A Educação Física, como um desses complexos históricos, necessariamente estabelece relações com os demais complexos da vida social, influenciando uns aos outros, e também influenciando o próprio complexo fundante. Ao longo do desenvolvimento histórico, é possível perceber as tendências e leis próprias desses complexos. Todavia, a percepção dessas tendências é sempre de forma aproximativa, sobretudo porque a dinâmica própria do objeto só pode ser conhecida *post festum*. Segundo Lukács (2013), embora a ação humana seja orientada por posições teleológicas conscientes, seus desdobramentos efetivos inserem-se em cadeias causais cujos resultados frequentemente ultrapassam as intenções originalmente postas. Assim, no interior do ser social, a interação entre múltiplos atos teleológicos gera consequências que se articulam causalmente e produzem efeitos que vão além do conteúdo inicial da ação.

Conforme argumenta Mello, a Educação Física é “[...] um produto do desenvolvimento complexo e contraditório do ser social” (Mello, 2014, p. 85) e ainda: “[...] é uma práxis corporal, uma unidade indissociável das capacidades e potencialidades presentes no corpo do ser social” (Oliveira, 2022, p. 209). Tal afirmação desloca a discussão do plano biologizante para o terreno das determinações históricas. A corporeidade, nessa perspectiva, não é mero dado natural, mas dimensão constitutiva do ser social. “[...] o corpo não pode ser reduzido a organismo biológico, pois é síntese de determinações históricas e sociais” (Ortigara, 2002, p. 89).

Lukács (2013) afirma que o ser social é unidade indissociável de natureza e sociedade, sendo o corpo humano a base material da práxis. Entretanto, essa base é continuamente transformada pela atividade histórica. A Educação Física participa desse processo ao intervir sistematicamente sobre as capacidades motoras, expressivas e produtivas do indivíduo. As ações corporais no interior do processo de trabalho sustentam a compreensão de que o corpo é a mediação fundamental da produção social. “[...] as ações corporais são constitutivas do trabalho e, portanto, da própria produção do ser social”

(Oliveira, 2022, p. 143). Tal formulação reforça que a Educação Física, ao lidar com essas ações, não atua sobre uma dimensão periférica da formação, mas sobre o núcleo estruturante da existência humana, ou seja, participa do momento de fundação do próprio ser social.

No entanto, a autonomia relativa da Educação Física não a isenta das determinações do modo de produção vigente. Lukács adverte que nenhum complexo social pode ser analisado isoladamente da totalidade. Ele afirma que “a autonomia dos complexos parciais nunca significa independência em relação à totalidade social” (Lukács, 2013, p. 120). A Educação Física, enquanto complexo social, participa da reprodução das capacidades físicas e simbólicas necessárias à sociabilidade vigente. No contexto capitalista, as capacidades corporais passam a ser valorizadas segundo critérios de produtividade, rendimento e performance. Soares (2012) observa que a institucionalização da Educação Física moderna esteve vinculada à formação de corpos disciplinados e aptos às demandas da industrialização. Nesse sentido, a prática corporal é incorporada ao projeto de formação da força de trabalho. Em síntese, compreender a Educação Física como complexo social implica situá-la na totalidade histórica da produção da vida social. Como categoria universal, é fundada pela mediação entre ser social e natureza, ao passo que, em sua dimensão corpórea unitária (corpo e consciência), é partícipe do próprio processo de gênese de transformação da natureza. Contudo, sob o capital, essa formação tende a ser moldada segundo as necessidades da valorização do capital.

Educação Física e formação humana sobre a égide do capital

A Educação Física, como uma prática social e histórica, deve ser compreendida à luz dos formatos das relações sociais e das formas de organização da vida produzida pela coletividade humana ao longo da sua história. Nesse sentido, sob a égide do capital, a Educação Física e as instituições educativas das quais a primeira é parte integrante sofrem contínuas transformações históricas que são resultado das distintas situações e de suas correlações de forças específicas entre capital e trabalho.

As práticas pedagógicas da Educação Física pressupõem determinadas compreensões sobre o ser humano, seu desenvolvimento histórico-social, suas capacidades e potencialidades construídas no processo de objetivação da vida social e sua inserção nas relações sociais de produção e reprodução da existência. Dessa forma, as diferentes concepções de corpo que emergiram ao longo da história foram influenciadas por distintas matrizes filosóficas e científicas, expressando concepções específicas de

sociedade, de educação e de formação humana (Oliveira, 2026).

Trata-se de processos históricos que se desenvolvem em torno das disputas entre projetos de educação e de Educação Física. De um lado, os agentes defendem políticas voltadas para um modelo de Educação Física que atenda às demandas de reprodução ampliada do capital, buscando vincular os processos formativos a critérios de produtividade, rendimento e performance vinculados às demandas do capital. Defende-se, nesse contexto, um modelo de Educação Física que teria como objetivo exclusivo “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”, o que se efetiva por intermédio da internalização que legitima, entre os membros da classe trabalhadora, a “posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com as expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno” (Mészáros, 2005, p. 44).

Por outro lado, historicamente, as organizações da classe trabalhadora e os setores oprimidos pautam o projeto de escola unitária, com uma composição curricular fundamentada no conhecimento socialmente referenciado nos interesses históricos da classe trabalhadora, pautado na formação de uma rica individualidade que intenta superar o modelo de educação utilitária pensado pelas classes dominantes, quando propõem um modelo de escola para a classe trabalhadora vinculado a um currículo restrito aos processos diretos de trabalho. O projeto de escola unitária coloca no horizonte da classe trabalhadora a defesa de um projeto de formação que combine uma profunda formação intelectual, cultural e artística com uma formação para o trabalho. A defesa desse modelo de educação se origina nas elaborações produzidas na I Internacional Socialista, com uma resolução elaborada por Marx, na qual defendia como proposição uma educação que combinasse “trabalho produtivo pago, educação mental, exercícios físicos e treinamento politécnico”, o que “elevará a classe trabalhadora muito acima do nível das classes médias e altas” (Marx apud Small, 2023, p. 460).

Nesse aspecto, os embates históricos em torno dos projetos de educação, de forma geral, dão-se em torno da garantia da universalização e da gratuidade, da qualidade do ensino e da concepção de projeto de educação. Na realidade específica da Educação Física, os embates entre projetos educacionais antagônicos revelam que as forças hegemônicas do capital tentam associá-la a uma concepção de movimento extremamente restrita, vinculando seu ensino à internalização da disciplina e à aquisição de capacidades físicas. Não por acaso, diante do projeto de modernização conservadora imposto com a ascensão de uma nova fração da classe dominante, que tinha no horizonte um processo de

industrialização do país, sob a égide da constituição do Estado Novo, implementa-se um modelo de escola que institui – segundo Castellani Filho (1998) – o ensino obrigatório da Educação Física conjuntamente com a Educação Cívica e o ensino de Trabalhos Manuais.

No projeto de escola idealizado pelos dirigentes da Revolução de 1930 no Brasil, o papel da Educação Física seria o de garantir a incorporação de valências como força e resistência física, necessárias para que a nova classe trabalhadora urbana suportasse, de forma ordeira, disciplinada e submissa, as jornadas de trabalho na indústria nascente. Nessa concepção de escola, esvazia-se o acesso ao conhecimento, entendendo-se que uma ampla formação intelectual e cultural não seria necessária para as atribuições impostas à classe trabalhadora na hierarquia social estabelecida pela sociedade capitalista. Assim, processa-se uma concepção de Educação Física na qual impera a concepção de um ser social dual, regido pela separação entre corpo e consciência, concebendo a Educação Física como uma esfera puramente prática, de repetição de movimentos, sem quaisquer sentidos ou significados atribuídos pelas relações sociais, interpretando o movimento humano como atos puramente anatômicos e fisiológicos, em uma proposta de Educação Física na qual prevalece a repetição da prática sem necessidade de qualquer reflexão.

Desse modo, no currículo escolar idealizado pela classe dominante, a Educação Física seria somente uma atividade voltada à prescrição de exercícios desprovidos de reflexões sobre seus significados culturais. Esse paradigma, gestado como um projeto de classe, tem sido a concepção hegemônica da Educação Física no Brasil, assumindo novos contornos com a prevalência dos esportes como conteúdo predominante, contudo, prevalecendo a ideia de um processo pedagógico puramente prático. Tal modelo aprofunda-se com a Educação Tecniciста implementada durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) no Brasil, em um projeto de educação desprovido de reflexões críticas em torno dos aspectos históricos e sociais que perfazem as diferentes práticas da cultura corporal.

Esse projeto político de Educação Física, erguido sobre a hegemonia das classes dominantes, opera sobre a completa separação entre corpo e mente, reduzindo a dimensão da corporeidade a aspectos puramente físicos e biológicos, uma redução epistemológica devedora do método cartesiano, a qual implica a completa dicotomia entre consciência e movimento humano. Nessa perspectiva, a dicotomia opera na relação entre sujeito (mente) e objeto (corpo), este último executando os comandos do primeiro por meio de mecanismos de comunicação exercidos via substâncias químicas, a exemplo da endorfina. Nesse modelo de Educação Física, a aula seria exclusivamente prática, voltada à incorporação

de capacidades físicas, técnicas e táticas, na qual os processos de internalização se dão por intermédio da execução e da repetição do movimento. Trata-se da educação do movimento e pelo movimento, na qual os únicos apontamentos teóricos são as explicações e demonstrações em torno da execução dos movimentos requeridos para a realização das atividades ou aspectos biológicos associados às relações diretas de causa e efeito em relação ao corpo humano.

A Educação Física, portanto, fica restrita ao puro movimentar, acrítico e desprovido de reflexão, esvaziada de quaisquer reflexões sobre os fenômenos das práticas corporais, concebidas como desprovidas de sentidos e significados, reduzindo completamente a dimensão de sua execução prática a um produto natural. Nesse modelo de escola, os aspectos intelectuais seriam exclusivos das matérias supostamente teóricas, tais como matemática, física, biologia etc. A Educação Física, esvaziada de qualquer conteúdo teórico, passa a tratar os esportes, os jogos e as ginásticas não como produtos da atividade humana, repletos de sentidos e significados; ao contrário, somente a dimensão técnica e tática constitui o trato pedagógico dessa concepção de Educação Física.

Por sua vez, esse projeto de Educação Física é parte de um projeto de escola no qual o conhecimento intelectual, cultural e artístico e as possibilidades de produzir reflexões complexas sobre a vida social são restringidos ao máximo possível, priorizando os saberes práticos, a dimensão técnica e as relações diretas de causa e efeito que possam ser úteis às operações requeridas no mundo do trabalho. Portanto, a Educação Física que opera sobre processos pedagógicos regidos por dicotomias entre corpo e mente, teoria e prática, natural e social, é parte de um projeto histórico de escola formulado pela classe dominante brasileira, que acaba produzindo um sistema escolar dual, com currículos distintos: uma escola privada, com um currículo que permite a apreensão teórica e cultural profunda por parte de seus alunos, compostos por uma camada restrita, filha da classe média alta e da grande burguesia brasileira; e uma escola pública que prioriza, em sua seleção de conteúdos, conhecimentos técnicos vinculados a conhecimentos simples e com baixos níveis de abstração requeridos pelas atividades laborais de baixa complexidade.

Novas proposições para a Educação e a Educação Física emergem em uma situação política que conduziu ao ascenso da classe trabalhadora, levando à derrota e ao fim da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil. Com a organização do Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu uma retomada e uma radicalização de reivindicações e de bandeiras históricas de movimentos sociais,

sindicatos e intelectuais de esquerda³, momento no qual ganha força a defesa de um novo projeto de educação tendo à frente as organizações dos trabalhadores da educação reunidas em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP).

Em meio a embates travados nessa nova situação política de ascensão da luta política da classe trabalhadora, a conquista de um currículo intelectual amplo para a escola pública, a vinculação orçamentária e a conversão da Educação Física em disciplina curricular obrigatória contrastam com a manutenção do sistema misto e continuidade de financiamento público para escolas privadas.

Contudo, um novo projeto de educação começa a ser desenhado pela burguesia internacional e nacional com o avanço do projeto neoliberal, o qual esvazia as conquistas presentes na Constituinte de 1988 e promove um avanço sobre os esforços de melhoria da qualidade da escola pública. A conversão das demandas da escola pública em possibilidades de lucro privado, por intermédio da venda de mercadorias e serviços), avança para a perda da autonomia política e curricular e para o controle de grandes conglomerados empresariais sobre a escola pública. Esses conglomerados promovem uma agenda de esvaziamento de qualquer formação intelectual ampla, expressa na agenda da Educação para Todos (EPT), que se concretiza em contrarreformas como o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Porém, os efeitos para a Educação Física se dão em duas frentes. A primeira consiste em um desmonte do projeto de escola que visava converter a Educação Física em disciplina curricular e que pretendia reformular suas atribuições pedagógicas, reelaborar conteúdos e organizar sistematicamente seus conhecimentos, associando-os também à reflexão e à aprendizagem em torno dos sentidos e significados contidos nas práticas corporais. Contudo, esse projeto de Educação Física não se consumou na realidade da escola pública, uma vez que sua efetivação requeria intervenções articuladas nacionalmente, que perpassassem especialmente a constituição de um espaço amplo de debate e elaboração pedagógica em nível nacional, incorporando universidades, movimentos sociais, sindicatos, escolas, pesquisadores e professores para iniciar um processo de elaboração e reformulação do currículo da Educação Física escolar.

Baseado nessa elaboração nacional em torno da escola, seria necessária uma intervenção no

³ O derrota da Ditadura Empresarial Militar e o projeto de anistia com o retorno de exilados políticos representa um momento político importante das lutas sociais no Brasil, e representam um marco na retomada de lutas que haviam iniciadas antes do golpe de 1964, e mesmo estiveram presentes durante a ditadura, em movimento de oposição tanto no escassos de espaços de disputa política pública, quanto pelas tentativas de resistência armada no período.

modelo de formação inicial dos professores de Educação Física, que deveria passar a ser norteado por esse novo projeto político-pedagógico, contemplando a concepção de Educação Física como disciplina curricular. Além disso, fazia-se necessário um amplo processo de formação continuada com o mesmo objetivo, mas direcionado aos professores que já se encontravam na escola quando da definição da LDB de 1996. Por fim, qualquer pretensão de converter a Educação Física em uma disciplina curricular efetiva estaria condicionada a um amplo aporte financeiro destinado à produção de materiais didáticos e pedagógicos, como livros didáticos para a disciplina, bem como à reestruturação física das escolas, com redefinição dos espaços e disponibilização de materiais adequados às novas propostas. Ou seja, a efetivação do que propunha a LDB de 1996 requereria um aporte significativo de investimentos em recursos humanos e financeiros, o que estava na contramão do projeto de desinvestimento e de desmonte da educação pública almejado pela política neoliberal em ascensão.

O segundo ponto do projeto neoliberal se dá na consumação da transferência para a esfera privada de parte dos processos formativos associados às práticas de lazer e saúde, anteriormente vinculadas à atividade de Educação Física no ambiente escolar. A redução das atribuições da escola pública como espaço de acesso às práticas corporais combina-se com o avanço da indústria *fitness*, configurando a conversão do direito ao lazer e à saúde em mercadoria. Os megaempreendimentos da indústria *fitness* vêm se convertendo no espaço prioritário de formação das práticas corporais, cumprindo o papel de incorporação das capacidades físicas individuais vinculadas ao projeto de incorporação de hábitos saudáveis como meio para a aquisição da saúde individual, remodelando o velho discurso higienista de responsabilização exclusivamente individual pela conquista de uma condição de saúde. Trata-se de um discurso ideológico que, ao mesmo tempo em que ataca direitos sociais, vincula o acesso à saúde e ao lazer, no contexto das práticas corporais, às relações mercantis e à reprodução do capital privado.

Novamente, as práticas corporais voltam a ser tratadas exclusivamente no plano anatômico-fisiológico, com uma forte carga ideológica de incorporação de hábitos saudáveis a serem alcançados pelo esforço individual como alternativa para a saúde em um contexto de ampliação da exploração do trabalho e do processo de adoecimento por nexos laborais. Essa dinâmica de redefinição do espaço e do modelo das práticas corporais, condicionada ao processo de reprodução mercantil da cultura corporal e mediada pela reprodução ampliada do capital da indústria *fitness*, representa um novo estágio histórico da cultura corporal, no qual esse fenômeno humano passa a ser efetivado sobre novos patamares de

controle do capital privado, representando um avanço do processo de mercantilização dos espaços e das práticas da cultura corporal e constituindo uma nova hegemonia no que se refere à história da cultura corporal. Esse novo estágio tem se desenvolvido sobre a dinâmica de redução do papel da escola como espaço de aprendizagem e vivência das práticas corporais, deslocando a apropriação da cultura corporal para o domínio do capital privado.

Sob a perspectiva da crítica da economia política, a expansão da indústria *fitness* não pode ser compreendida apenas como o surgimento de novos espaços destinados à prática de exercícios físicos, mas como expressão de um processo mais amplo de mercantilização da cultura corporal. À medida que o capital avança sobre esferas cada vez mais amplas da vida social, práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade passam a ser apropriadas e reorganizadas segundo a lógica da produção e realização do valor. Nesse contexto, a redução do papel da escola pública como espaço de acesso universal às práticas corporais ocorre paralelamente à ampliação de serviços privados destinados ao condicionamento físico, ao lazer e à promoção da saúde. Tal movimento desloca progressivamente a apropriação da cultura corporal da esfera dos direitos sociais para a esfera do consumo mercantil, subordinando o acesso a essas práticas à capacidade individual de compra. Dessa forma, a corporeidade e suas múltiplas manifestações tornam-se novos campos de valorização do capital, evidenciando que a reprodução das práticas corporais, longe de constituir um fenômeno neutro, integra as formas contemporâneas de reprodução ampliada das relações sociais capitalistas.

Nessa direção, a reconfiguração dos espaços de formação das práticas corporais expressa transformações mais amplas no processo de reprodução social. Se a Educação Física escolar constitui um complexo social voltado à transmissão e apropriação de objetivações humano-genéricas relacionadas à cultura corporal, sua progressiva secundarização diante do mercado *fitness* revela uma alteração nas mediações por meio das quais os indivíduos entram em contato com esse patrimônio cultural. A reprodução da cultura corporal passa a ser crescentemente mediada pela mercadoria, de modo que os conteúdos corporais são selecionados, organizados e difundidos conforme critérios de rentabilidade econômica. Com isso, as necessidades humanas relacionadas ao lazer, ao esporte, à saúde e ao desenvolvimento corporal tendem a ser subsumidas às exigências da acumulação de capital, reafirmando a centralidade das determinações econômicas na conformação histórica da Educação Física e das práticas corporais na sociabilidade contemporânea.

Considerações finais

A análise desenvolvida evidencia que a formação humana, em Marx, constitui categoria ontológica fundada no trabalho. Sob o capitalismo, essa formação encontra-se limitada pela subsunção do trabalho ao capital. A Educação Física, enquanto complexo social, participa dessa dinâmica contraditória. Pode contribuir para a reprodução da força de trabalho e da mercantilização dos elementos da cultura corporal, mas também pode constituir mediação crítica. A superação dessa contradição exige transformação das bases materiais da sociabilidade. Somente em uma sociedade para além do capital poderá a formação humana realizar-se de modo omnilateral e, portanto, desenvolvere potencializando as múltiplas capacidades humana, recolocando a formação humana no horizonte de uma sociabilidade humanamente emancipada.

Referências

CASTELLANI FILHO, Lino et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. (COLETIVO DE AUTORES). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física: Polêmicas do nosso tempo**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

HEROLD JUNIOR, Carlos. Os processos formativos da corporeidade e o marxismo: aproximações pela problemática do trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.37, p.98-111, jan./abr. 2008.

LAZARINI, Ademir. Quintilio. **Capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: Apontamentos críticos**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. [S.l.: s.n], 1969.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélcio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Forte. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da critica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-**

1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Clarent, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume I. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da Educação Física na escola**: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2005.

OLIVEIRA, Rogério Paes de; GOMES, Valdemarin Coelho. **O complexo social da Educação Física**: o trabalho como fator determinante da formação do corpo no processo de sociabilidade humana. Ebook. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/86485>. Acesso em: 30/05/2026.

OLIVEIRA, Rogério Paes de. **A participação da Educação Física na formação humana**: uma necessidade onto-histórica para além da particularidade do capital. 2018. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2018.

OLIVEIRA, Rogério Paes de. As Concepções de Corpo em Abordagens Pedagógicas na Educação Física Escolar Brasileira. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 1-31, 2026.

OLIVEIRA, Rogério Paes de. **Trabalho, corpo e formação humana**: um exame sobre o complexo social da Educação Física em concepções pedagógicas no Brasil. 2022. 237f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

ORTIGARA, Vidalcir. **Ausência sentida nos estudos em Educação Física**: a determinação ontológica do ser social. 2002. 219f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

SMALL, Robin. Educação. In.: MUSTO, Marcello (Org.). O Renascimento de Marx: os principais conceitos e novas interpretações. São Paulo - SP: Autonomia Literária, 2023.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. (Coleção educação contemporânea). 5. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

Revisão de língua portuguesa e normas da ABNT realizada por: Francisco Elivelto Gadelha de Oliveira.
Revisão do abstract realizada por: Alexandre Diniz da Costa.
Revisão do resumen realizada por: Alice Müller.

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 28, Dossiê: Educação Física, Educação e Formação Humana/Artigos, e-52322, 2026.